

Gatilho: Adusp e Reitoria continuam se reunindo

Durante os meses de dezembro de 2007 e janeiro de 2008, representantes da diretoria da Adusp e da Reitoria fizeram três reuniões para tratar da Ação do Gatilho. Estiveram em pauta a lista de beneficiários da Ação e o método de cálculo do valor a ser pago relativo ao ano de 1987.

Duas interpretações

Com relação à lista de beneficiários da ação, há uma divergência entre as partes na interpretação da decisão judicial.

Entende a Reitoria que só fazem jus aos benefícios reconhecidos pelo Poder Judiciário aqueles que eram docentes da USP em 1987 e filiados à Adusp na data da distribuição da ação, podendo a lista publicada no *Diário Oficial* em fevereiro 2006 ser revisada para incluir quem preencha tais requisitos e não conste dela.

A Adusp, no entanto, entende que, à luz da sentença do juiz, transitada em julgado, são beneficiários da ação todos os que estão na lista inicial apresentada em 1990, exceto os excluídos em decorrência da decisão judicial, independentemente de serem ou não filiados à Adusp.

De acordo com a sentença do juiz, devem ser excluídos da lista: 1) os docentes relacionados na inicial que já participaram de lides idênticas a esta; 2) docentes celetistas; 3) não docentes da USP na época do ajuizamento da ação; 4) docentes autárquicos demitidos antes de 01/03/1987; 5) docentes admitidos na Universidade após a promulgação da Lei Complementar 535/88, de 29 de fevereiro de 1988; 6) docentes falecidos quando foi ajuizada a ação; 7) docentes afastados sem remuneração na época dos gatilhos e que não retornaram para suas funções na USP. Embora, em sua decisão, o juiz afirme que “se faz certo o direito dos associados do autor de receberem as diferenças salariais que ora reclama”, também consta da sentença a afirmação: “já quanto a todos os demais docentes que foram relacionados pelo autor, neste processo, eles serão beneficiados por esta decisão, porquanto sua condição de associados não foi nunca desmontada, com provas, pela ré”. Esta é a base da interpretação da Adusp quanto à lista de beneficiários.

É importante frisar que devem ser incluídos na listagem de beneficiários os eventuais erros materiais na lista inicial.

Tendo em vista as diferentes interpretações, a Reitoria solicitou a nomeação de um perito para a definição da lista de beneficiários, e o Juiz pediu manifestação da Adusp a respeito. A Adusp não considera necessária a nomeação de perito e se preocupa com a possibilidade de uma perícia atrasar ainda mais a execução da sentença. Em sua resposta ao juiz, a Adusp afirma que o melhor caminho para dirimir as dúvidas sobre a lista de beneficiários é o diálogo e o esforço conjunto das partes especialmente para superar algumas dificuldades com as informações históricas sobre os docentes, evitando assim que beneficiários sejam indevidamente excluídos.

A Adusp não se opôs à nomeação de um perito, mas espera que o diálogo com a administração universitária

seja conduzido a bom termo, o que poderia antecipar os resultados da perícia solicitada pela USP.

Método de cálculo

A metodologia utilizada para o cálculo do montante devido no ano de 1987 foi discutida em duas reuniões. A Adusp e a Reitoria explicaram como fizeram os cálculos e foram trocadas as tabelas elaboradas por ambas as partes para cotejar as diferenças. Algumas dúvidas ainda devem ser examinadas e esclarecidas.

Nova reunião

A diretoria da Adusp considera que houve avanço nas tratativas a respeito da ação do gatilho e espera que na próxima reunião, a ser realizada em 14/2, possa haver acordo quanto ao método de cálculo do montante devido no ano de 1987, bem como no acerto dos erros materiais existente na listagem de beneficiários. A Adusp permanecerá defendendo que a sentença do juiz seja cumprida com a maior rapidez possível. Afinal, já são 20 anos sem os gatilhos salariais!



Reunião no gabinete do Vice-reitor em 14/12/07

CR reúne-se em 19/2

A primeira reunião do nosso Conselho de Representantes (CR) em 2008 ocorrerá no dia 19/2, terça-feira, às 12 horas na sede da Adusp. Nessa oportunidade, o CR deverá estabelecer o

seu cronograma de reuniões regulares para o ano (ou, pelo menos, para o primeiro semestre).

Foi solicitado aos colegas conselheiros que encaminhassem sugestões de pon-

tos específicos de pauta até 11/2, e que trouxessem um relato da sua unidade sobre o andamento da 6ª etapa dos concursos de efetivação (regularização dos contratos precários).

Além dos temas propostos pelos conselheiros, discutiremos nessa próxima reunião um calendário para a definição de um novo Estatuto para a Adusp, exigência essa que deve complemen-

tar a adequação do nosso Regimento, feita no ano passado, ao novo Código Civil vigente.

A participação de todos os conselheiros é muito importante.

Ministro de C&T responde a ofício da Adusp, mas “lava as mãos” quanto a perseguição no Síncrotron

O ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, respondeu no dia 24/12/07 ao ofício que lhe foi enviado pelo presidente da Adusp, professor Otaviano Helene, em 20/9/07, em que este protestava “contra as represálias sofridas pelo dirigente sindical Joelmo de Oliveira no exercício de suas atividades sindicais junto ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNL)”.

Joelmo, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em C&T de São Paulo (SinTPq), foi suspenso pelo laboratório para “apuração de falta grave” em meio à campanha salarial da categoria (*Informativo Adusp* 244), o que levou a Adusp a solicitar ao Ministro a “reversão das atitudes que atacam a livre organização sindical”.

Em seu ofício, Sérgio Rezende destaca o fato de que a Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), a organização social que é a gestora do Síncrotron e responde pela suspensão do sindicalista, “é instituição de natureza privada e que mantém vinculação com este Ministério apenas em virtude de contrato de gestão, cabendo a esta Pasta, por for-



ça de lei, o acompanhamento e avaliação das metas e indicadores pactuados”.

Assim, o Ministro conclui lamentando o ocorrido, e informando que “em que pese a existência do contrato de gestão firmado entre o MCT e a ABTLuS”, “a gestão de pessoal, nos termos do que dispõe a Lei nº 9.637, de 1998, cabe à Organização Social.

“É uma demonstração de desrespeito nas barbas do Ministério, uma vez que é o Ministério que banca todos os recursos para a or-

ganização social [ABTLuS]. Especialmente por termos um presidente da República que veio do movimento sindical”, protesta José Paulo Porsani, presidente do SinTPq. “Não podemos viver de lamentações. O ministro lavou as mãos”.

Porsani critica ainda o fato de que “a organização social tem liberdade de gestão e completa independência política, com recursos públicos”. Ele informou que está marcada para 27/2, na Jus-

tiça do Trabalho, a audiência em que será julgado o pedido de reintegração do sindicalista Joelmo de Oliveira, apresentado pelo SinTPq.

O ministro Carlos Lúpi, do Trabalho, e os físicos Rogério César de Cer-

queira Leite, presidente do Conselho de Administração da ABTLuS, e José Antonio Brum, diretor geral do Síncrotron, que receberam cópias do ofício enviado a Sérgio Rezende, não se manifestaram até o fechamento desta edição.

DCE e Sintusp têm novas gestões

O Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE) e o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) começam o ano com novas gestões, depois de passarem por processos eleitorais no final de 2007.

Para a diretoria do DCE, com seis chapas na disputa, saiu vitoriosa a chapa “Vez e Voz”, com 40% dos votos, ficando em segundo lugar “Nada será como antes”, com 33,3%, e em terceiro “Na falta de Céu ninguém voa”, com 16,7%. As outras três chapas juntas obtiveram 6,4%. A votação ocorreu nos dias 27, 28 e 29/11/07, e contou com a participação total de 7.905 estudantes.

A nova gestão tem em seu programa três eixos principais de atuação: a defesa da qualidade de ensino e do caráter público da universidade, a democratização do acesso à universidade e a luta pela democratização da estrutura de poder da USP. “A universidade passa por um momento de reflexão sobre seu estatuto e por um processo acelerado de privatização. O DCE deve levar esses debates para os estudantes”, diz Nathalie Drumond, estudante de Ci-

ências Sociais e integrante da chapa “Vez e Voz”.

Para ela, a luta por democracia na universidade passa por resistir ao processo de reforma estatutária em curso no Conselho Universitário: “É um processo anti-democrático, no qual os estudantes têm pouca participação, com mudanças regressivas em relação ao estatuto atual”.

Sintusp

No Sintusp, em eleição realizada nos dias 28 e 29/11, foi eleita a Chapa 1, “Piqueteiros e Lutadores”, que obteve 1.773 votos, equivalentes a 74,5% dos válidos. A Chapa 2, “Oposição de Esquerda – Reconstruir o Sintusp na Luta” obteve 369 votos (15,5%) e a Chapa 3, “Desatando o Nó – Renovação e Luta”, 240 (10%).

A nova gestão do Sintusp considera que no próximo período “conquistar uma estatuinte democrática e garantir que não haverá punições políticas na universidade são questões centrais”, segundo Anibal Cavali, diretor reeleito do Sintusp. “O Sintusp tem clareza de que essas coisas só acontecem com a nossa mobilização”, acrescenta ele.

Prestação de contas da Adusp

Relatório de Tesouraria - 4º trimestre de 2007

Mês	Saldo do Fundo de Reserva ¹	Contribuição Líquida dos Associados ²	Salários e Encargos	Despesas de Comunicação	Despesas Gerais Restantes ³
Outubro/07	1.057.011,97	128.063,29	66.270,18	8.124,92	25.747,95
Novembro/07	1.058.950,54	128.136,92	73.170,34	18.773,87	30.629,74
Dezembro/07	1.046.519,40	130.880,58	109.264,76**	20.510,08	33.162,62

Observações:

1) Utilizado com autorização do Conselho de Representantes/Assembleia Geral.

2) Descontados os repasses ao Andes-SN.

3) Assessorias (jurídica, contábil e de imprensa) + Infra-estrutura + Material permanente + Campanhas.

* Inclui publicação da Revista Adusp 42.

** Inclui pagamento de 13º salário

27º Congresso do Andes-SN

No período de 14 a 20 de janeiro de 2008, em Goiânia (GO), ocorreu o 27º Congresso do Andes-Sindicato Nacional, que teve como tema “Avançar na Luta em Defesa da Universidade Pública e dos Direitos dos Docentes”. Participaram do Congresso 254 delegados e 20 observadores de 66 seções sindicais. Representaram a Adusp os professores Otaviano Helene (IF), presidente da entidade, e os delegados Oziride Manzoli Neto (ICMC), Sérgio Souto (FZEA), Americo Sansígolo Kerr (IF), Ciro Correia (IGe) e Osvaldo Coggiola (FFLCH). A professora Líghia Brigitta H. Matsushigue (IF) participou na qualidade de diretora do Andes-SN.

O Congresso foi precedido por um seminário sobre o financiamento do ensino superior no Brasil. Os palestrantes, professores Otaviano Helene (USP) e Cláudio Tonegutti (UFPR), analisaram o nível de investimento público nas instituições de ensino superior (IES) brasileiras e de outros países, bem como investimentos públicos e privados em diferentes níveis. A necessidade de aumento dos gastos públicos em educação mereceu uma resolução no 27º Congresso, a partir de proposta da Adusp, determinando que o Sindicato continue se empenhando na luta pelo financiamento adequado da educação, referenciando-o ao Produto Interno Bruto (PIB), estudando uma divisão mais condizente com as responsabilidades de cada esfera do governo (União, estados e municípios) e com os vários níveis de ensino.

Os temas do Congresso foram tratados nos grupos e plenárias. Definiu-se, preliminarmente, a centralida-

de da luta que irá nortear as ações do Andes-SN, bem como os demais temas a serem tratados. Deliberou-se como central: 1) intensificar a participação na reorganização e unificação da classe trabalhadora na luta contra as políticas e reformas neoliberais, em defesa dos direitos sociais; 2) lutar pela ampliação do acesso e por políticas de permanência estudantil nas IES públicas, que devem ser gratuitas, de qualidade e socialmente referenciadas nos interesses históricos da classe trabalhadora, com garantia de financiamento público, autonomia, democracia e indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; 3) lutar pela valorização do trabalho docente e contra toda e qualquer forma de sua precarização; 4) lutar pela ampliação da participação da categoria no Sindicato por meio da intensificação do trabalho de base.

Reuni e assédio

Os projetos federais como o Reuni, IFETs, entre outros que visam a expansão do número de vagas em universidades públicas sem garantia da qualidade, precarizando o trabalho docente e induzindo a um sistema de ensino superior público heterogêneo em sua qualidade, estiveram entre os temas em destaque. A instituição destes projetos foi facilitada pela falta de democracia nos conselhos superiores das Universidades Federais e pela criminalização da comunidade acadêmica que se opunha a eles.

As condições de precarização do trabalho docente, desde o não reajuste salarial nas Universidades Federais em 2007 e possivelmente 2008, com a desculpa do fim

da CPMF, até as demissões em massa e por questões sindicais observadas nas instituições privadas de ensino, também foram denunciadas e debatidas. Cresce o número de relatos de práticas anti-sindicais e de assédio moral no setor privado, como forma perniciososa de exploração e aviltamento das relações de trabalho. Mesmo no setor público esta forma de assédio está em franca ascensão, motivada pela implantação de programas produtivistas como Reuni e similares. Ainda neste contexto de precarização e assédio, destacou-se o papel nefasto das fundações privadas ditas “de apoio”.

O 27º Congresso discutiu, ainda, as lutas gerais dos trabalhadores e a questão da reorganização da classe trabalhadora, aprovando a

diretriz de fortalecer a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) no primeiro congresso desta, que será realizado no período de 3 a 6 de julho de 2008, em Betim (MG). No encerramento do 27º Congresso, os delegados, em nome da categoria, se comprometeram a intensificar a luta contra a privatização da universidade pública e contra a precarização do trabalho docente.

Resistência

Durante o Congresso, o lançamento do livro *Comunicado Importante — memórias da resistência* reforçou a luta do Movimento Docente contra a demissão dos trabalhadores das universidades particulares e em defesa do direito ao exercício sindical. Editado pela Associação

dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (Adunimep), o livro narra a história de luta e resistência de 148 docentes demitidos arbitrariamente pela reitoria da instituição, no dia 7 de dezembro de 2006, por meio de um comunicado distribuído pela intranet. Também foi lançado, na abertura dos trabalhos, o nº 41 da revista *Universidade e Sociedade*, cujo tema é “A produção do conhecimento versus o produtivismo e a precarização do trabalho docente”.

O 28º Congresso do Andes-SN, em 2009, será realizado na cidade de Pelotas (RS). O evento será sediado pela Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas (Adufpel) que no mesmo ano completará seu 30º aniversário de fundação e de lutas.

ICMS cresce, comprometimento cai...

Ainda sem os dados finais de fechamento do ICMS de 2007, o comprometimento orçamentário acumulado com as folhas de pagamento das três universidades estaduais paulistas caiu pelo segundo ano consecutivo, desta vez para 84,86%. Com os resultados finais da arrecadação de novembro e dezembro, a cota-parte estadual em 2007 deve chegar próximo a R\$ 46 bilhões, e o comprometimento com salários deve cair ainda mais.

Vale a pena lembrar que em seu Comunicado nº 3 o Cruesp assumiu o seguinte compromisso: “Caso a arrecadação anual do ICMS ultrapasse o valor de

R\$ 43,620 bilhões, os recursos adicionais, a partir desse valor, transferidos às Universidades serão utilizados da seguinte forma: 75% para o pagamento da parcela fixa (...)”. E o que acabou acontecendo foi a concessão de um abono único de 400 reais, e de um reajuste de 1,5% a partir de novembro, o que significa um aumento nas folhas de pagamento muito abaixo do que o acréscimo na arrecadação possibilitava (mesmo descartando-se as receitas adicionais advindas de programas de anistia fiscal).

Na USP, o comprometimento está em 84,24%, significativamente inferior ao de 2006, que foi

de 87,44%. Portanto, a intransigência do Cruesp nas negociações salariais de 2007 era, como o Fórum das Seis insistiu inúmeras vezes, injustificada: havia espaço orçamentário para recuperação salarial sem comprometer as outras despesas das universidades.

Considerando a evolução recente dos indicadores econômicos e a arrecadação nos últimos meses, a tendência é que o ICMS continue crescendo acima da inflação em 2008. Assim, o atual patamar de comprometimento da folha de pagamento e a tendência de aumento do ICMS indicam um amplo espaço para a campanha salarial deste ano.

Sucessão de escândalos abala imagem das fundações

Ao longo de décadas, as fundações privadas “de apoio” atuantes nas instituições federais e estaduais do país, em especial nas universidades públicas, conseguiram construir uma *imagem pública* altamente favorável, em parte graças à poderosa influência dos seus instituidores nos cargos de direção daquelas instituições públicas, mas também porque a mídia sempre acolheu com simpatia o discurso de “agilidade e eficiência”, redução do Estado “cheio de amarras” e privatização da educação.

Aos poucos, porém, a realidade se impôs. Notícias que contestavam, ainda que timidamente, o papel autoproclamado por essas organizações, de benfeitoras das universidades públicas “apoiadas”, começaram a pipocar aqui e ali, a partir de 2000. A mídia passou a divulgar escândalos que envolvem o nome de algumas dessas entidades privadas supostamente sem fins lucrativos, dos quais o mais emblemático talvez tenha sido o da Fundação Zerbini, em 2005 (vide *Informativo Adusp* 201 e *Revista Adusp* 36).

O mais recente caso, que irrompeu com força em janeiro de 2008, envolve a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), uma das entidades privadas que se beneficiam das oportunidades oferecidas pela Universidade de Brasília (UnB). Em janeiro de 2008, o Ministério Público do Distrito Federal ajuizou ação contra cinco professores da UnB que são dirigentes da Finatec. A fundação é acusada de desviar R\$ 100 milhões e superfaturar contratos. Quase meio milhão de reais foram gastos na reforma do apartamento funcional do reitor da UnB. Outro meio milhão de reais seriam investidos na construção de um shopping (Águas Claras).

Curiosamente, embora o *Jornal de Brasília* tenha destacado o caso em manchete de capa na edição de 23/1, dois dos maiores jornais brasileiros, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, que já defenderam as fundações universitárias “de apoio” em seus editoriais mais de uma vez, não publicaram uma linha sequer sobre o novo escândalo.

Intervenção

Em outro caso, ocorrido em novembro de 2007, uma investigação da Polícia Federal concluiu que uma quadrilha que agia no Detran de Porto Alegre contava com a colaboração da Fundação de Apoio à Tecnologia e à Ciência (Fatec), que mantém vínculos com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foram presos dois professores, entre eles o principal responsável pelo vestibular da UFSM, e dois funcionários graduados da entidade privada (*Informativo Adusp* 249). A Reitoria tentou eximir-se de responsabilidade, mas o fato é que já havia sido advertida pelo Andes sobre irregularidades na atuação da Fatec.

O ano de 2007 já começara movimentado. Em fevereiro, atendendo a pedido do Ministério Público Estadual de Santa Catarina, um juiz decretou intervenção na Fundação de Ensino e Engenharia (Feesc), “apoiadora” da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A existência de inúmeras ilegalidades, inclusive uma dívida de R\$ 5 milhões à Previdência Social, levou o juiz a afastar por seis meses a diretoria da fundação e nomear uma administração provisória (*Revista Adusp* 40, p. 39).

Em São Paulo, a Fundação Zerbini só escapou de intervenção, em 2006, porque o promotor de justiça de fundações é um defensor declarado dessas entidades. O anúncio, até agora não confirmado pelo BNDES, de que este banco

estatal refinanciou novamente a dívida de R\$ 140 milhões da Zerbini, com aporte de R\$ 40 milhões do governo Serra (*Informativo Adusp* 249), não foi objeto de censura dos editoriais dos grandes jornais, aparentemente sempre interessados em cobrar “austeridade fiscal” de alguns governantes.

Denúncia

A grande imprensa também nada publicou sobre uma denúncia feita à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados por um ex-paciente do InCor, o vendedor Wilson Gandolfo Filho, contra o médico David Uip, diretor da Zerbini e do hospital. Para Gandolfo Filho, a empresa Sociedade Consultoria e Assistência Médica David Everson Uip S/C Ltda., “por meio de seu sócio David Uip, utiliza-se da estrutura do InCor, um hospital público, para fins particulares, prejudicando os pacientes e o bom nome da instituição”.

Gandolfo Filho “explicou que a Sociedade David Everson Uip entrou com ação ordinária de cobrança contra ele na 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, por supostamente ter se utili-

zado dos seus serviços, ao ter sido internado e submetido a tratamento médico no InCor de 26 de julho de 2005 a 24 de agosto de 2005”.

A CFFC aprovou, em 11/7/2007, relatório do deputado Celso Russomanno (PP-SP), o qual, após constatar o repasse de “volumes elevados de recursos públicos ao InCor/Fundação Zerbini”, recomenda que o TCU examine “a regularidade da aplicação dos recursos públicos da União transferidos ao InCor/Fundação Zerbini”.

O relatório pede também ao TCU que esclareça “se houve ou não desvio de recursos públicos federais, transferidos ao InCor/Fundação Zerbini, em benefício da empresa Sociedade Consultoria e Assistência Médica David Everson Uip S/C Ltda ou de quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas de direito privado” e se há ou não, no InCor, “procedimentos que propiciem a cobrança indevida para fins particulares”. O TCU instaurou, então, o processo TC 019.197/2007-6.

Procurado pelo *Informativo Adusp*, David Uip enviou documentos nos quais são contestadas as acusações do

ex-paciente. Uip informou à CFFC, em 17/12/07, que “a Fundação Zerbini não fez, em qualquer tempo, quaisquer pagamentos ou transferência em favor da Sociedade de Consultoria e Assistência Médica David Everson Uip S/C Ltda, ou à pessoa física do Manifestante, que não seja decorrente de vínculo empregatício ou de projeto de pesquisa auditado”.

Segundo o médico, é “incontroverso” o direito da Zerbini, por força de convênio com o HC, de “proceder à contratação na prestação de serviços hospitalares para atender pacientes conveniados e particulares”. Ele alega que Gandolfo Filho não foi atendido como paciente do SUS, mas como particular, e que sabia desta condição, tendo agido de “má fé”.

Uip declara que as alegações do ex-paciente “são falaciosas e visam apenas utilizar esta Comissão [CFFC], tal qual massa de manobra, para forçar a desistência das cobranças propostas”, e que “o poder judiciário, em primeiro grau, já reconheceu a procedência da cobrança dos honorários médicos”. Nos documentos não é informado o valor da dívida atribuída a Gandolfo Filho.

PM bloqueia passeata... e CET multa manifestantes

O Fórum das Seis foi multado pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) em R\$ 51.588,60 devido à participação em ato público realizado no dia 31/5/2007 contra os decretos do governador José Serra. Na data, professores, funcionários e estudantes da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza saíram da Cidade Universitária rumo ao Palácio dos Bandeirantes, mas foram barrados pela Polícia Militar no início da Av. Morumbi. O impedimento da passagem

de 5 mil manifestantes paralisou o trânsito.

A CET alega que a manifestação foi promovida “sem a prévia autorização da Cia de Engenharia de Tráfego”, e “acarretou interferências nas condições de normalidade das vias do município”. A companhia comunicou a cobrança, com prazo de vencimento em 16/1/08, apenas em 11/12/2007, e dividiu o valor total entre as entidades que compõem o Fórum das Seis, resultando em R\$ 7.369,80 para cada uma.

Em ofício encaminhado à CET em 14/1/08, a Adusp afirma que o ato público foi “devidamente comunicado à CET dentro do prazo legal e, principalmente, com fundamento nos princípios constitucionais do direito de livre manifestação e de reunião (vide art. 5º e seus incisos da CF/1988)”. Além disso, diz o ofício da Adusp, a manifestação foi realizada “em defesa do interesse da coletividade” e contou com a participação de outras entidades da sociedade civil.